

**POLÍTICA AGRÍCOLA E DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO<sup>1,2</sup>****César Nunes de Castro**Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea. *E-mail:* <cesar.castro@ipea.gov.br>.**Monise Terra Cerezini**Consultora do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dirur/Ipea. *E-mail:* <monise.cerezini@ipea.gov.br>.DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2792>

Parte considerável da população da área de influência (AI) do PISF nos estados de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará sobrevive a partir da produção agropecuária e da renda gerada de atividades relativas à criação animal e ao cultivo da lavoura nos cerca de 500 mil estabelecimentos agropecuários espalhados por toda a AI do PISF. Espera-se que o PISF, com outras políticas públicas, contribua para o desenvolvimento dessa porção tão carente do semiárido brasileiro.

O objetivo deste texto consiste em analisar a execução de algumas das políticas agrícolas do governo federal no território composto pelos 398 municípios da AI do PISF. Especial ênfase analítica é conferida a iniciativas relacionadas à agricultura familiar, categoria na qual é classificada a maioria dos estabelecimentos agropecuários da região. Nesse sentido, duas políticas públicas de suporte à agricultura familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), constituem pontos focais da análise exposta ao longo

do texto. Além dessas, outras políticas são abordadas, como o programa Garantia-Safra, programas relacionados à agricultura irrigada, entre outros.

Um dos principais instrumentos da política agrícola brasileira, o Pronaf, atende, de modo variado, a grande maioria dos estabelecimentos agropecuários familiares regionais, público-alvo do programa (99,9% dos estabelecimentos familiares têm vínculo com o Pronaf). O percentual de agricultores, familiares e não familiares, que têm acesso a algum tipo de serviço de assistência técnica e extensão rural (Ater) na região é significativamente menor do que a média nacional. O uso de alguns importantes insumos para a produção agrícola também é menos difundido do que no resto do país. Todos esses fatores somados (baixa produtividade por área; menor cobertura de serviços de Ater; menor uso de insumos) provavelmente explicam, em parte, a razão do menor retorno da atividade agropecuária na região e, por sua vez, podem sugerir alguns caminhos que o Estado possa adotar para auxiliar no desenvolvimento da atividade. Sobre esse desenvolvimento agrícola, um

---

1. Este texto é resultado de uma avaliação do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) realizada para o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) do governo federal entre maio de 2021 e abril de 2022. Outros quatro artigos, dos mesmos autores, também derivam dessa avaliação: *Desenvolvimento regional da AI do Programa de Integração do São Francisco*; *Análise prospectiva de potenciais impactos socioeconômicos do Programa de Integração do São Francisco sobre a região beneficiada*; *O Programa de Integração do São Francisco e a segurança hídrica da região beneficiada*; e *O Programa de Integração do São Francisco, políticas públicas complementares para o aumento da oferta hídrica para a sua área de influência e convivência com as secas*.

2. Os autores agradecem aos pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) José Eustáquio Ribeiro Viera Filho e Júnia Cristina Peres R. da Conceição a leitura da primeira versão do manuscrito deste texto e os valiosos comentários emitidos sobre seu aprimoramento.

# SUMEX

segmento do setor que constantemente é alvo de projetos e políticas públicas na região é o da agricultura irrigada. Com relação a este, os dados demonstram que as metas estabelecidas pelo governo federal, por volta de 2005, para a área irrigada na região em 2025 estão muito longe de serem atingidas, e, muito provavelmente, não o serão até 2025. Quanto a metas para a expansão da agricultura irrigada na AI do PISF, portanto, propõe-se alguma cautela.

Por último, o texto analisa a execução do PAA na região e conclui que, caso o objetivo de desenvolvimento regional estabelecido pelo governo federal em seus planos relativos ao semiárido e, especificamente, à AI do PISF abranja questões como o suporte à agricultura familiar, recomenda-se considerar o PAA como importante iniciativa, uma que não deveria sofrer quedas tão significativas em seu orçamento e no volume financeiro liberado para aquisição da produção da agricultura familiar.